

MARCELO PANINI

A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRIGO E A ALCA

Monografia apresentada para obtenção de graduação no Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná sob orientação do Professor José Gabriel Porcile Meirelles.

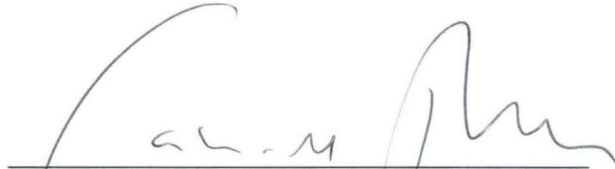
CURITIBA

2004


MARCELO PANINI

A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRIGO E A ALCA

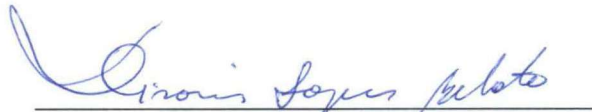
Monografia aprovada como requisito parcial a conclusão do curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela banca examinadora.



Orientador: José Gabriel Porcile Meirelles
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Demian Castro
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Divonzir Lopes Beloto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

2004

SUMÁRIO

	Pag.
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	01
1 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	04
1.1 Teoria de Base.. ..	04
2 A HISTÓRIA DO TRIGO BRASILEIRO.....	09
2.1 HISTÓRICO.....	09
2.2 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE BRASILEIRA.....	12
2.3 A PRODUÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO.....	16
3 COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO BRASILEIRO.....	19
3.1 PRODUÇÃO E CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO.....	21
3.2 IMPORTAÇÃO.....	23
4 O BRASIL NA ALCA.....	26
4.1 A FORMAÇÃO DA ALCA.....	26
4.2 DIMENSIONAMENTO DA ALCA.....	29
4.3 CUSTOS DE PRODUÇÃO BRASIL X ARGENTINA.....	31
4.4 O TRIGO E A ALCA.....	35

CONCLUSÃO.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	41

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 2.2.1 Brasil: Produção, Área e Produtividade de Trigo.....	14
Tabela 2.3.1 Principais Estados Brasileiros Produtores de Trigo.....	17
Tabela 2.3.2 Produtividade dos Principais Estados Brasileiros Produtores de Trigo...	18
Tabela 3.1.1 Trigo – Oferta e Demanda Brasileira.....	22
Tabela 3.2.1 Importação de Trigo por País de origem.....	24
Tabela 3.2.2 Maiores Importadores de Trigo.....	25
Tabela 3.2.3 Maiores Exportadores de Trigo.....	25
Tabela 4.2.1 Principais Indicadores da ALCA.....	30
Tabela 4.3.1 Custo de Produção Primária do Trigo. Paraná.....	33
Tabela 4.3.2 Custo de Produção Primária do Trigo. Argentina.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 Efeitos líquidos de uma tarifa sobre o bem-estar.....	07
Gráfico 2 Efeitos de um subsídio à exportação.....	08
Gráfico 3 Brasil: Produção de Trigo de 1980 a 2003.....	15
Gráfico 4 Produção, Consumo e Importação de Trigo de 1997 a 2002.....	22

LISTA DE SIGLAS

ALCA	- ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
CCT	- COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO
CONAB	- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DTRIG	- DEPARTAMENTO DE TRIGO
FMI	- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GTS	- GRUPOS DE TRABALHO
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS
MAPA	- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MERCOSUL	- MERCADO COMUM DO SUL
NMF	- NAÇÃO MAIS FAVORECIDA
OCEPAR	- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ
OMC	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
SUNAB	- SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO
USDA	- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS

RESUMO

Durante muitos anos o trigo brasileiro foi regulamentado pelo Governo após à sua desregulamentação os produtores brasileiros passaram a sofrer com a competitividade do trigo importado principalmente do trigo argentino, o trabalho em questão visa analisar como o mercado brasileiro de trigo está se comportando após a desregulamentação e após a entrada do Brasil no Mercosul, também se fará uma análise dos aspectos que influenciarão esta cultura após a entrada do Brasil na ALCA, concorrendo com grandes produtores de trigo como EUA e Canadá que além de produzirem em grande escala este produto ainda subsidiam as suas culturas agrícolas.

INTRODUÇÃO

O trigo brasileiro é marcado por uma política com uma grande intervenção estatal. Até a década passada, o trigo era regulamentado pelo Decreto-Lei nº 210/67, que representava o total monopólio da comercialização do trigo. Com o intervencionismo do governo brasileiro tinha-se como objetivo tornar-se auto-suficiente na produção de trigo. As políticas intervencionistas provocaram distorções no mercado de trigo e absorveram vultuosos recursos do Tesouro Nacional.

As mudanças das políticas relacionadas ao trigo iniciaram-se no final da década de 80. No ano de 1990 o governo edita uma Medida Provisória nº 224 transformada na Lei nº 8.096 a qual privatiza a comercialização do trigo. A entrada do Brasil no Mercosul já trouxe uma perspectiva de concorrência acirrada.

O Objetivo Geral deste trabalho é verificar como está a produção de trigo em grãos depois da integração do Brasil no Mercosul e como se comportará com a integração da Alca.

Os Objetivos específicos são os seguintes:

- 1) Mostrar as mudanças ocorridas no setor tríticola brasileiro com a integração do Brasil no Mercosul;
- 2) Analisar a comercialização do trigo nacional;
- 3) Verificar as importações de trigo realizada pelo Brasil com os países da Alca;
- 4) As políticas utilizadas pelo Governo Brasileiro;

5) O impacto potencial ou esperado qua a formação da Alca deverá ter sobre o comércio Brasileiro de trigo.

A justificativa do trabalho é que o governo brasileiro durante muitos anos utilizou a política de subsídios tanto para a produção quanto para o consumo. Com isso na década de 80 o Brasil quase se tornou auto-suficiente na produção de trigo. Como esses subsídios tomavam muitos recursos do tesouro nacional, no começo da década de 90 o governo acabou com esses subsídios.

Com o fim dos subsídios, os produtores de trigo tiveram que concorrer com o mercado mundial ficando vulneráveis sem ter como competir com países onde se produz o trigo em grandes quantidades.

Sendo o trigo um produto essencial para o consumo da população brasileira, este estudo visa analisar os benefícios e as conseqüências que trarão com a integração do Brasil na Alca.

A integração à Alca coloca novos desafios, em particular, pelos subsídios que recebem os produtores canadenses e norte-americanos de trigo. Analisar o impacto disso sobre a concorrência no mercado de trigo é um dos objetivos do trabalho.

O trigo importado é mais barato e de melhor qualidade, o Brasil teria condições de competir com Argentina, Canadá e Estados Unidos neste setor? Ou para o Brasil seria melhor se especializar na produção de outros produtos agrícolas dos quais ele apresenta vantagens comparativas? Este é o problema do trabalho em questão.

A hipótese básica é que com a integração do Brasil na Alça, a tendência da produção do trigo brasileiro é diminuir devido a concorrência do trigo importado.

No primeiro capítulo será apresentado o histórico do trigo brasileiro desde sua implantação até os dias atuais, se fará uma análise da produção e produtividade do trigo de 1980 até 2003. Também será analisado a produção e a produtividade por unidade de federação.

No segundo capítulo será analisada a comercialização, a produção, o consumo e as importações realizados pelo Brasil nos últimos anos.

No terceiro capítulo será feita uma análise sobre as perspectivas da agricultura brasileira, e da cultura do trigo com a entrada na ALCA. Será analisada a produção e os custos dos principais países produtores da ALCA, e o impacto que isso trará ao Brasil.

A conclusão será apresentado que o setor do trigo no Brasil após 1990 foi desestruturado ficando a mercê da concorrência internacional, principalmente após a integração ao Mercosul, e poderá ficar mais difícil ainda para o produtor após a integração a ALCA.

1. Embasamento Teórico

1.1 Teoria de Base

David Ricardo aperfeiçoou a idéia de Smith a respeito do comércio internacional, desenvolvendo a teoria das vantagens comparativas.

Ricardo foi no sentido de destacar a possibilidade de vantagens mútuas, não apenas nos casos em que ocorressem vantagens absolutas de custos, mas também naqueles em que se verificassem vantagens relativas.

“A versão dominante da teoria da vantagem comparativa baseia-se na idéia de que as nações têm tecnologia equivalente, mas diferem na disponibilidade dos chamados fatores de produção, como terra, mão-de-obra, recursos naturais e capital. Os fatores nada mais são do que os insumos básicos necessários à produção”.¹

A especialização e a divisão do trabalho são tão necessárias e evidentes quanto à especialização e a divisão do trabalho a nível individual. É aceita a idéia básica de que as nações não podem viver isoladas mas eficientemente do que os indivíduos. Tanto este quanto aqueles dependem do funcionamento de um sistema de trocas ativo para satisfação plena de suas necessidades fundamentais.

¹ Porter, Michael E. **A Vantagem Competitiva Das Nações**. Rio de Janeiro. 1993. Pg.11.

Um dos fatores que mais justificam e motivam o comércio internacional é a desigual concorrência, para as atividades básicas de produção. Há, todavia, outros fatores de ponderável importância. As diferenças de solo e clima constituem uma segunda motivação para as trocas internacionais. O trigo, por exemplo, não cresce produtivamente em climas quentes e úmidos, principalmente porque ali as pragas destroem quase as totalidades das colheitas. Assim, diferenças climáticas e de solo ocasionam especialização e comércio entre as nações. Realmente a melhor adaptação de determinadas culturas a certos tipos de solo e climas induz à especialização e produção excedentes nas áreas propícias com vistas às trocas internacionais.

Outro fator que motiva a especialização internacional, gerando significativas redes internacionais de trocas, é a diferença estrutural observada entre os países, quanto as suas disponibilidades de capital e trabalho. Esses dois fatores ativos de produção não se combinam em iguais proporções nos diferentes países. Há nações em que o primeiro fator é a base dos processos de produção em outras, a abundância de mão-de-obra conduz a produção de bens intensivamente baseados no emprego do fator trabalho. Esse fator, em países diferentes, tende a se especializar em determinados tipos de atividades econômicas, por razões não só relacionadas à tipologia das reservas naturais, mas ainda às heranças culturais da nação.

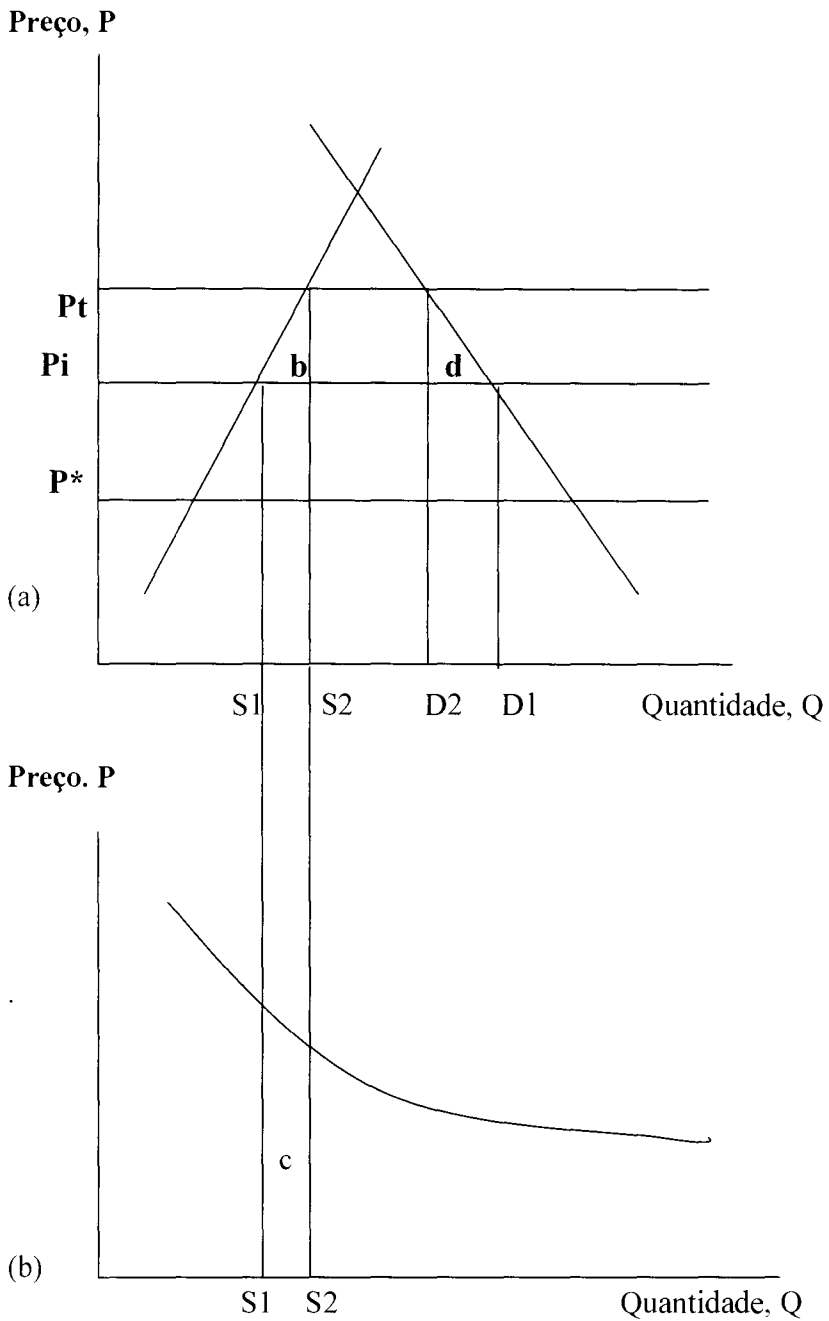
Neste trabalho, serão analisados os principais países produtores de trigo na ALCA comparando com o Brasil. Os países produzem o trigo, porém Argentina, Canadá e Estados Unidos apresentam vantagens comparativas em relação ao Brasil. Isto significa,

segundo a teoria clássica das vantagens comparativas, um custo menor do trigo nesses países em relação ao Brasil, tornando mais interessante para o governo brasileiro a importação do trigo. O Brasil apresenta vantagens comparativas em outros produtos com isso faz a troca com esses países.

Há ainda um diferencial entre EUA e Canadá para Argentina e Brasil que são os subsídios aos produtos agrícolas principalmente o trigo, os gráficos abaixo segundo KRUGMAN² (1999) demonstram como as políticas de subsídios afetam o Brasil.

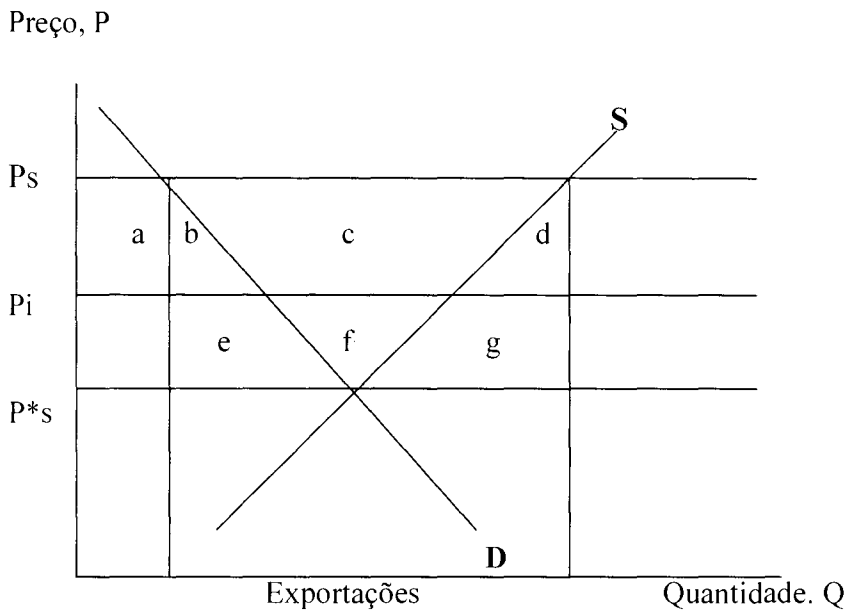
² KRUGMAN, P.R; Obstfeld, M. **Economia Internacional: Teoria e política**, São Paulo 1999. Pg 204-205.

Gráfico 1: Efeitos líquidos de uma tarifa sobre o bem-estar.



Se a produção de um bem permite benefícios sociais extras (medidos no painel (b) pela área c) não capturados como excedente do produtor (área b no painel (a)), uma tarifa pode aumentar o bem-estar.

Gráfico 2: Efeitos de um subsídio à exportação



$a+b+c$ = ganho do produtor

$a+b$ = perda do consumidor

$b+c+ d+e+f+g$ = custo de subsídio do governo

“Um subsídio às exportações é um pagamento a uma empresa ou indivíduo que embarca um bem para o exterior. Assim como uma tarifa, o subsídio à exportação pode ser específico ou ad valorem. Quando o governo oferece um subsídio à exportação, os exportadores irão exportar o bem até o ponto em que o preço local exceda o preço estrangeiro pela quantidade do subsídio. O preço no país exportador aumenta de P_i para P_s , mas, por causa da queda do preço no país importador de P_i para P^*s , o aumento do preço é menor que o subsídio. No país exportador, os consumidores são prejudicados, os produtores ganham, e o governo perde porque deve gastar dinheiro com o subsídio. Um subsídio a exportação leva a custos que excedem os benefícios.”³

Como podemos analisar os subsídios praticados por EUA e Canadá prejudicam países como Brasil e Argentina, pois o preço cai de P_i para P^*s .

³ KRUGMAN, P.R.; Obstfeld, M. **Economia Internacional: Teoria e política**, São Paulo 1999. Pg 204

2 A HISTÓRIA DO TRIGO BRASILEIRO

2.1 HISTÓRICO

A história do trigo brasileiro se inicia aproximadamente em 1534 ainda na era colonial com Martin Afonso de Souza o qual trouxe o cereal juntamente com outras sementes e animais, as sementes de trigo logo foram espalhadas por várias regiões do Brasil, pelos religiosos através de suas missões catequéticas. A produção prosperou até 1830, quando houve uma grande doença e degenerou as sementes. Em 1857, o Parlamento teve uma iniciativa, malsucedida, de adquirir e distribuir sementes. Somente após a Primeira Guerra Mundial é que a produção brasileira de trigo passou a ser incrementada, com restrições às importações, bem como devido às medidas adotadas, em 1918: Decreto nº 12896, de 6 de março de 1918, que instituiu prêmios em máquinas agrícolas em valor proporcional aos hectares plantados com trigo.

A legislação concernente ao processo de industrialização inicia-se com a Lei 4540, de 6 de fevereiro de 1922.

Com a crise da década de 30 foi determinada a criação de um comissão, pelo Decreto nº19559, de 3 de janeiro de 1931, que visava reduzir gastos com importação de trigo, onde foi sugerido a elevação de tarifas alfandegárias em até 20%.

Com a deficiência de produção doméstica e a dificuldade para importar, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, o Decreto-lei 6170, de 5 de janeiro, criou o Serviço de Expansão do Trigo (SET) no Ministério da Agricultura, centralizando as informações existentes e ampliando-as. A partir do SET é que se estruturou a organização da comercialização do trigo.

Em 1951, as pressões dos tricultores sobre o Governo fez com que se criasse a Comissão Consultiva do Trigo (CCT)], com a finalidade de regular a política de importação do cereal e assegurar proteção para a produção nacional.

Em 9 de Novembro de 1962, o Banco do Brasil tornou-se o único comprador do trigo nacional, além de continuar como único importador do cereal, surgiu então o monopólio com o trigo nacional.

O Decreto Lei 210, de 27 de fevereiro de 1967, limitou a expansão e passou a regular a comercialização, o Estado então garantiu o total controle sobre o setor tritícola, rígido controle sobre a indústria moageira e controle dos preços em todo o setor. Este modelo de total controle vigorou por mais de duas décadas.

Em 1972, houve uma acentuada elevação nos preços do produto no mercado internacional. O governo considerou esse movimento de preços apenas conjuntural e, para impedir o agravamento dos índices inflacionários, decidiu pela introdução de subsídio ao consumo, através da venda do grão aos moinhos por um preço significativamente inferior ao preço de aquisição do produto importado. A partir de 1975 o preço internacional do

trigo, em termos reais, passou a declinar, porém o subsídio ao consumo foi mantido, pois o governo temia o impacto inflacionário nos índices.

A partir de 1982, o preço mínimo para o trigo doméstico passou a ser estabelecido em dólares americanos, situação que se prolongou até o início de 1987.

Em 1987, o plano Bresser extingue o subsídio de preço ao consumo, porém o Estado continua sendo o monopolizador do setor.

Em 1990, com a Lei nº 8096/90 o Estado não é mais o monopolizador do setor tríticola, o governo privatiza a comercialização e não controla mais a industrialização do trigo, extinguindo o Departamento de trigo. Os produtores brasileiros ficam sem a orientação do Estado que perdurou por mais de 2 décadas, agora teriam que competir com o mercado externo principalmente com a Argentina grande exportador ao Brasil. A história acima citada é deduzida de SILVA (1992).⁴

⁴ SILVA, Vera Martins. **A Regulamentação do Mercado Brasileiro de Trigo**. São Paulo 1992. Pg. 29-36.

2.2 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE BRASILEIRA

Segundo SILVA (1992) as intervenções estatais com forte monopólio a partir de 1967 procuravam incentivar a produção de trigo no Brasil para substituir e diminuir a importação.

A tendência de aumento da produção à partir de 1967 se deu juntamente com a expansão da área plantada. Isto ocorreu até 1979 quando o aumento da produtividade foi o fator determinante.

O aumento da produtividade e a intensificação dos subsídios tanto da produção como do consumo resultou numa safra recorde no ano de 1987, onde o Brasil obteve uma safra superior a 6 milhões de toneladas, equivalente a 85% do consumo brasileiro naquela época, quase chegando a auto-suficiência.

A partir de 1987 com a extinção do subsídio ao consumo a produção começou a se retrain, esta mudança de política do governo brasileiro foi percebido com os decrescentes níveis da produção de trigo e da área plantada. Em 1992 a produção já era a metade do que se constatou em 1987, e a produtividade de igual maneira decaiu passando de 1746 kg/ha em 1987 para 1430 kg/ha em 1992.

Em 1993 a produção cai para 2,0 milhões de toneladas em uma área de 1,5 milhões de hectares. A produção continua caindo em 1995 a produção chegou a 1,5 milhões de toneladas sendo a mais baixa desde 1980 com uma área plantada de 1,036 milhões de hectares tendo uma produtividade de 1480 kg/ha.

Já em 1996 com a baixa safra de 1995 os produtores esperavam preços melhores e aumentaram a área plantada passando para 1,8 milhões de hectares um aumento de 80% da área plantada e uma produção de 3,2 milhões de toneladas mais do que o dobro do ano anterior com uma produtividade de 1804 kg/ha, parecia que o trigo voltara a ser um bom negócio, porém como se observa nos anos seguintes de 97, 98, 99 e principalmente em 2000 onde a área plantada de 1,5 milhões de hectares com uma produção de 1,7 milhões de toneladas e uma produtividade de 1124 kg/ha mostra que foi um ano de péssima produtividade devido a fatores climáticos.

A partir de 2001 a produção volta a se elevar chegando a 3,2 milhões, em 2002 a produção cai para 2,9 milhões e em 2003 o Brasil tem uma ótima safra de trigo comparável aos tempos em que havia subsídio com uma produção de 4,5 milhões de toneladas com uma produtividade de 1,958 kg/ha sendo uma das melhores produtividades de toda a história da cultura do trigo no Brasil.

Segundo CAIXETA⁵ (2003) o que levou ao aumento da produção em 2003 foi um acordo entre produtores e indústria há três anos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde os produtores se comprometeram a produzir 50% do consumo nacional e a indústria concordou em dar preferência de compra ao produto nacional, pagando o preço de paridade de importação, porém a indústria não cumpriu o acordo, preferindo importar da Argentina fazendo com que o produto nacional ficasse com o preço muito abaixo do esperado.

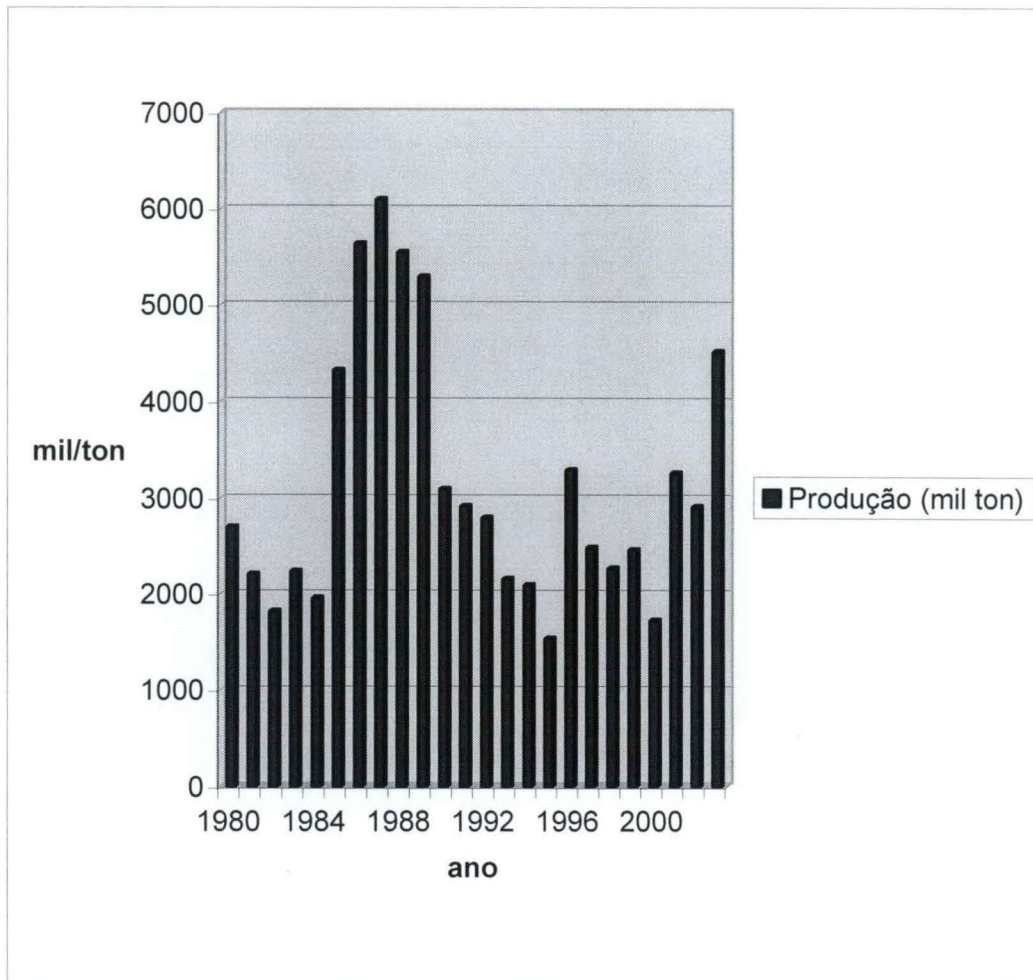
⁵ CAIXETA, Maciel. Problemas na Comercialização Impedem expansão das lavouras de trigo, em cna.org. Brasília. Novembro 2003.

Tabela 2.2.1 BRASIL: Produção, Área e Produtividade de Trigo

Ano	Produção (mil ton)	Área (mil ha)	Produtividade (kg/ha)
1980	2702	3122	865
1981	2209	1919	1151
1982	1819	2825	644
1983	2237	1879	1191
1984	1956	1741	1123
1985	4323	2670	1619
1986	5638	3898	1446
1987	6099	3455	1765
1988	5549	3441	1613
1989	5295	3260	1624
1990	3095	2681	1154
1991	2917	2049	1423
1992	2796	1956	1430
1993	2156	1463	1474
1994	2092	1348	1552
1995	1533	1036	1479
1996	3292	1825	1803
1997	2489	1544	1612
1998	2269	1423	1594
1999	2461	1254	1963
2000	1725	1535	1124
2001	3260	1730	1884
2002	2913	2051	1420
2003	4514	2306	1957

Fonte : IBGE

Gráfico 3. Brasil: Produção de Trigo de 1980 a 2003 (mil/ton).



Fonte: Dados da tabela 2.2.1

2.3 A PRODUÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

O Brasil devido a aspectos climáticos não tem um plantio de trigo em todo o território nacional os Estados que mais se destacam na produção e na produtividade são Paraná e Rio Grande do Sul estes dois Estados juntos correspondem desde de 1980 por 82% a 94% da produção nacional.

O Rio Grande do Sul sempre foi um grande produtor de Trigo. Até 1978 este Estado era o primeiro em produção de trigo, perdeu a posição de número um em 1979 quando do Estado do Paraná começou a se destacar na produção nacional de 1980 até 2003 o Estado do Paraná correspondeu com 40% até 70% da produção nacional sendo o principal produtor nacional de trigo.

Os demais Estados os que mais se destacam são Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e São Paulo, porém com um volume bem menor que Paraná e Rio Grande do Sul, conforme veremos no quadro 2.3.1.

TABELA 2.3.1: Principais Estados brasileiros produtores de trigo, 1980-2003 (em mil toneladas.)

Ano	RS	PR	SC	SP	MS	OUTROS	BRASIL
1980	1.016	1.350	9	195	110	22	2.702
1981	1.072	915	9	131	65	17	2.209
1982	482	1.024	19	134	120	40	1.819
1983	797	1.066	10	174	160	30	2.237
1984	611	1.087	12	113	109	24	1.956
1985	1.002	2.725	51	196	318	31	4.323
1986	1.739	2.950	152	311	460	26	5.638
1987	1.783	3.252	160	320	499	85	6.099
1988	1.403	3.250	81	358	410	47	5.549
1989	1.262	3.207	117	364	374	29	5.295
1990	1.169	1.399	108	203	204	12	3.095
1991	683	1.826	104	142	156	6	2.917
1992	905	1.556	106	102	114	13	2.796
1993	917	953	101	86	70	29	2.156
1994	807	1.076	89	34	69	17	2.092
1995	300	1.055	49	40	20	69	1.533
1996	1.040	1.900	90	60	126	76	3.292
1997	900	1.425	70	16	39	39	2.489
1998	538	1.593	42	17	49	30	2.269
1999	725	1.548	45	38	71	34	2.461
2000	884	700	54	16	34	37	1.725
2001	1.266	1.775	80	41	33	65	3.260
2002	1.106	1.509	82	60	84	72	2.913
2003	1.711	2.320	127	90	180	86	4.514

Fonte: IBGE

Tabela 2.3.2 Produtividade dos principais Estados Brasileiros Produtores de Trigo 1998-2003.

Estados	AREA PLANTADA (ha)						PRODUÇÃO (t)						Rendimento (kg/ha)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Paraná	963.100	755.828	850.633	1.167.000	1.055.000	1.160.500	1.593.881	1.548.133	700.118	1.775.000	1.509.000	2.320.000	1.655	2.048	823	1.520	1.430	2.000
Rio Grande do Sul	379.900	398.133	560.550	917.390	790.000	900.600	538.112	725.940	884.507	1.266.000	1.106.000	1.711.000	1.416	1.823	1.578	1.380	1.400	1.900
Mato Grosso do Sul	29.577	42.524	65.614	55.000	91.600	96.200	48.997	71.104	34.712	33.000	84.000	180.000	1.657	1.672	529	600	920	1.890
Santa Catarina	28.785	24.861	30.897	53.000	53.000	68.900	42.411	45.440	54.318	80.000	82.000	127.000	1.473	1.828	1.758	1.500	1.550	1.850
São Paulo	9.900	17.600	14.012	24.840	35.000	47.300	17.226	38.700	16.525	41.000	60.000	90.000	1.740	2.199	1.179	1.650	1.700	1.900

Fonte: IBGE

3. COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO BRASILEIRO

O Decreto-Lei 210, de 27 de fevereiro de 1967, limitou a expansão e passou a regular a comercialização de trigo no Brasil. Os principais objetivos dessa regulação eram:

- a) Dar prioridade ao trigo nacional;
- b) Regulamentar a comercialização, mantendo-se o governo federal como monopolista no mercado de trigo nacional e importado, através da SUNAB. Esta seria a responsável pela distribuição bem como determinar o volume a ser importado pela CACEX. A regulação estendia-se aos preços de compra do cereal nacional, bem como aos preços dos subprodutos da moagem;
- c) Garantir o abastecimento adequado através da divisão do país em oito zonas de consumo;
- d) Ampliar a capacidade de ensilagem dos moinhos;
- e) Impedir o crescimento da capacidade de moagem do país;
- f) Permitir desmembramentos, incorporações e transferências de moinhos apenas com autorização da SUNAB.

A regulação do sistema de cotas e a determinação legal dos preços e derivados forneceram a infra-estrutura básica para a implementação de uma política de subsídio ao consumo e à produção com baixa ocorrência de fraudes.

Entre 1967 e 1972, o preço de venda aos moinhos foi a média ponderada do trigo nacional mais o importado. Porém, com a quebra da safra soviética em 1972, houve uma acentuada elevação nos preços do produto no mercado internacional. O governo considerou esse aumento de preços apenas conjuntural e, para impedir o agravamento dos índices inflacionários, resolveu introduzir o subsídio ao consumo.

Em 1975 o preço do trigo passou a declinar, o subsídio ao consumo foi mantido, pois temia-se o impacto inflacionário nos índices.

A partir de 1982, o preço mínimo para o trigo brasileiro passa a ser estabelecido em dólares, situação que se prolongou até início de 1987, assim o preço mínimo do trigo estava resguardado contra flutuações cambiais e inflacionárias.

Em 1987 o Plano Bresser extingue o subsídio de preço ao consumo, que durava 15 anos, porém o monopólio estatal da comercialização continuava, pois o governo temia um aumento de preços, afetando os índices inflacionários.

No governo Collor é editada a Lei nº 8096, que extinguiu o modelo de intervenção sobre o CAI – Trigo vigente desde de 1967, com isso o governo brasileiro privatiza a comercialização e retira os controles sobre a industrialização do trigo, extinguindo também o Departamento do Trigo (DTRIG).

3.1 PRODUÇÃO E CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO

O consumo per capita no Brasil tem aumentado devido aos preços finais dos derivados do trigo serem comparativamente menores do que os produtos alternativos. A outra causa é que a indústria não tem capacidade técnica de produzir produtos prontos ou semi prontos substitutivos, que atraíam consumidores.

Ao contrário de 1987 quando o governo subsidiava a produção de trigo, o Brasil gasta hoje com a importação de trigo mais de 1 bilhão de dólares e cerca de 200 a 250 milhões de dólares para financiar os tricultores. Já em 1987 gastava-se 250 milhões de dólares em importação e 985 milhões de dólares em custeio.

A liberalização do setor do trigo e a estabilização econômica, conjugada com uma melhor distribuição de renda, tem como consequência um aumento no consumo de derivados de trigo. A liberalização fez com que o mercado ficasse mais competitivo, fazendo com que o preço dos alimentos caísse. A concorrência com o trigo importado representou uma redução dos custos da indústria pois o trigo importado chega mais barato e com melhor qualidade.

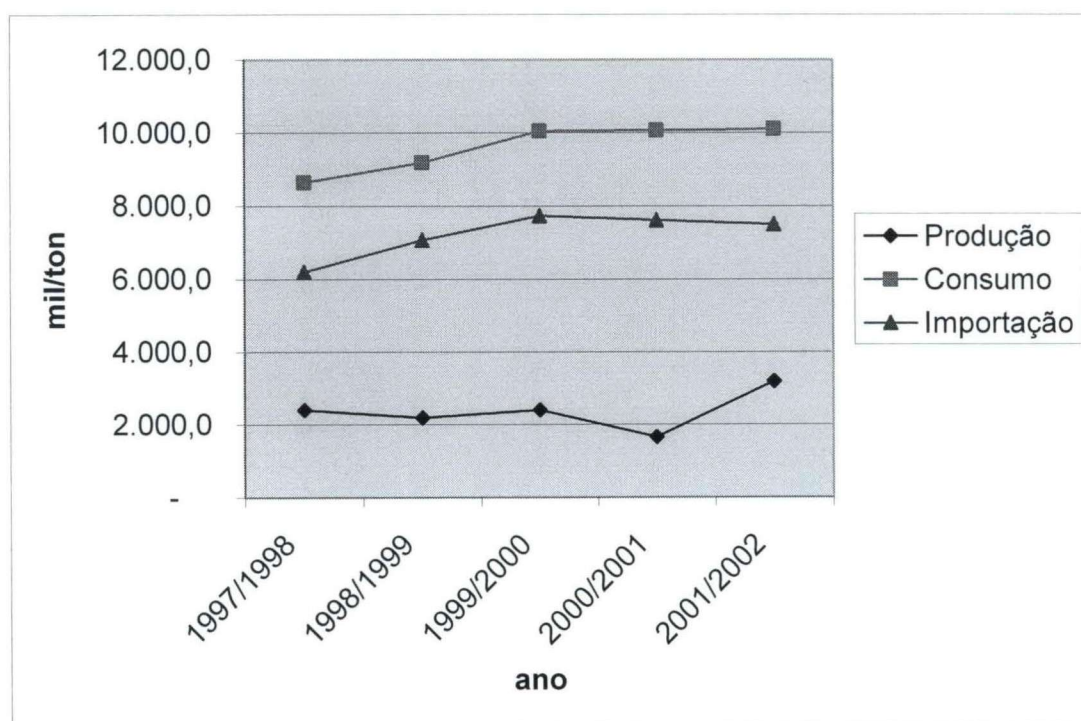
Como veremos na tabela 3.1.1 o consumo brasileiro tem aumentado nos últimos anos com isso o governo está tendo que importar mais, o Brasil já é o maior importador de trigo do mundo.

Tabela 3.1.1: Trigo – Oferta e Demanda Brasileiras – 97/98-01/02 (em 1000 toneladas).

DISCRIMINAÇÃO	1997/1998	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Estoque Inicial	821,1	768,4	845,4	931,7	130,0
Produção	2.402,0	2.188,0	2.403,0	1.658,4	3.194,2
Importação	6.190,3	7.071,0	7.733,3	7.609,9	7.500,0
Suprimento	9.413,4	10.027,4	10.981,7	10.200,0	10.824,2
Consumo	8.645,0	9.182,0	10.050,0	10.070,0	10.100,0
Estoque Final	768,4	845,4	931,7	130,0	724,2

Fonte: Conab

Gráfico 4: Produção, Consumo e Importação de Trigo 1997 a 2002. (mil/ton).



Fonte: Dados da tabela 3.1.1

3.2 IMPORTAÇÃO

Desde a safra 99/2000 o Brasil vem sendo o maior importador de trigo do mundo conforme informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), tendo superado países que tradicionalmente ocupavam lugar de destaque entre os maiores compradores do mercado internacional, como o Egito, Japão e Irã. A produção nacional se ressentiu pela falta de uma política de incentivos à cultura do trigo, que inibe investimentos privados no setor. Os Estados Unidos, por sua vez, promoveram enorme esforço para liberar as vendas dos seus produtos ao mercado brasileiro, proibidas desde de 1996 devido à presença de um fungo no produto norte-americano. Liberadas as compras do trigo dos Estados Unidos, em 1999, o Brasil voltou a fazer aquisições voltadas ao abastecimento do mercado interno, embora em volumes pequenos.

O setor produtivo nacional alega, que o trigo foi moeda de troca para a negociação do Mercosul com a Argentina. Especulações à parte, o certo é que, atualmente, 96% das importações brasileiras são provenientes da Argentina e o Brasil é o principal mercado de trigo para aquele país, ou seja, 63% das exportações argentinas são destinadas ao Brasil. A competitividade da Argentina é reconhecida internacionalmente, mas nada impede que o Brasil reduza a sua dependência externa, aumentando a produção nacional, desde que orientada por uma política que alie financiamento de custeio com condições competitivas de venda aos moinhos.

Tabela 3.2.1. Importação de Trigo por País de Origem 1990/2000

País/Ano	Argentina	Canadá	Estados Unidos	Paraguai	Uruguai	Outros	Total Ton.	Total Fob US\$	US\$ / Ton
1990	1.813.432	118.496				30.100	1.962.028	295.029	150,36
1991	2.657.596	1.070.511	706.959		69.847	168.218	4.673.131	454.642	97,28
1992	3.171.920	1.140.688	129.778				4.442.386	542.128	122,03
1993	3.676.884	1.868.270	150.993				5.696.147	726.545	127,55
1994	3.591.954	1.572.463	15.765	90.778		865.827	6.136.787	752.784	122,66
1995	4.880.796	778.522	313.146	58.579	77.762	111.264	6.220.069	914.187	146,97
1996	3.763.582	977.402	941.466	55.700	137.996	7.365	5.883.511	1.290.997	219,42
1997	3.686.607	817.309		246.173	86.809	10.000	4.846.898	847.939	174,94
1998	6.031.017	380.172		126.204	24.245	26.178	6.587.816	829.320	125,89
1999	6.581.803	191.613	95.078	865	34.234	19	6.903.612	832.106	120,53
2000	7.207.854	163.077	51.685	64.078	36.015		7.522.709	864.755	114,95

Fonte: Conab

Tabela 3.2.2: Maiores importadores de Trigo (milhões de Toneladas)

Países	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Brasil	7,4	7,3	7,5	6,7	6,5
Japão	6,0	6,0	5,9	5,8	5,8
Egito	7,5	5,9	6,1	5,8	5,5
Irã	2,6	7,4	6,2	6,0	5,0
Coréia do Sul	4,7	3,8	3,1	4,1	4,2
Argélia	4,3	4,8	5,6	4,0	4,0
Indonésia	3,1	3,7	4,1	4,0	4,0
Outros	66,5	73,9	65,0	70,9	70,8
Mundial	102,0	112,8	103,5	107,3	105,8

Fonte: USDA

Elaboração: FNP Consultoria e Comércio.

Tabela 3.2.3: Maiores exportadores de Trigo (milhões de Toneladas)

Países	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Estados Unidos	29,0	29,4	27,8	26,5	24,0
Austrália	16,1	17,1	16,7	18,0	18,0
Canadá	14,4	19,4	17,4	16,5	15,5
União Européia	14,6	17,4	15,2	10,0	12,0
Argentina	9,2	11,1	11,4	11,0	11,5
Outros	18,7	18,3	15,0	25,3	24,8
Mundial	102,0	112,8	103,5	107,3	105,8

Fonte: USDA

Elaboração: FNP Consultoria e Comércio.

4 O BRASIL NA ALCA

4.1 A FORMAÇÃO DA ALCA

A criação de áreas de livre comércio como a ALCA constitui o primeiro estágio para a integração econômica. A união aduaneira é o segundo, o mercado comum é o terceiro, a união monetária é o quarto e a união política é o último. No primeiro estágio, são eliminadas as barreiras alfandegárias e as barreiras técnicas entre os países que buscam a integração. Cada país mantém sua estrutura tarifária própria com relação a terceiros países. Um ponto importante nesse estágio é a negociação das regras de origem para evitar que importadores de países com alíquotas mais elevadas importem produtos através de países com alíquotas menores, citações de COELHO (2000).

Segundo COELHO⁶ (2000) Quando forem assinados os acordos, a ALCA será a maior área de livre comércio mundo em termos de população e de produto Interno Bruto (PIB). A população coberta será de 770 milhões de pessoas e um PIB de mais de US\$ 10 trilhões, calculado com base na paridade do poder de compra. Em termos de comparação, a União Européia cobre uma população de 700 milhões e um PIB de US\$ 7,5 trilhões.

A proposta inicial de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que abrangerá todo o continente americano, do Alasca à Terra do Fogo, surgiu na Cúpula das Américas, ocorrida em Miami em 1994. Os trabalhos para a formação da ALCA

⁶ COELHO, Carlos Nayro. **Negociações Agrícolas: Existe uma Saída?** Revista de Política Agrícola SPA/MA. Out 2000.

começaram efetivamente em junho de 1995, com o estabelecimento de sete grupos de trabalho (GTs) para examinar assimetrias de compatibilização das políticas dos países envolvidos, visando à formação da Zona de Livre Comércio. Foram criados os seguintes GTs:

- 1) Acesso a mercados;
- 2) Procedimentos aduaneiros e regras de origem;
- 3) Investimentos;
- 4) Normas e barreiras técnicas ao comércio;
- 5) Medidas sanitárias e fitossanitárias;
- 6) Subsídios;
- 7) Medidas compensatórias e antidumping.

Após a apresentação dos relatórios dos primeiros GTS, em março de 1996 em Cartagena, foram criados também mais quatro grupos de trabalho:

- 8) Economias pequenas e relativamente menos desenvolvidas;
- 9) Compras e licitações governamentais;
- 10) Direitos de propriedade intelectual; e
- 11) Serviços e políticas de concorrência.

No acesso a mercados, foi definida a política de se procurar, por meio de ajustamentos estruturais, superar os problemas de acesso a mercados existentes no continente.

Nos procedimentos alfandegários e regras de origem, foi definido que no caso dos precedimentos, haveria um levantamento amplo de objetivo, a ser realizado por gerentes de movimentação de produtos de empresas privadas, por agentes alfandegários, por transportadores e por despachantes alfandegários de todos os procedimentos alfandegários existente em cada país do continente.

No tema investimento, foi definido que haveria a necessidade de uma ação coordenada de todos os Ministros das Finanças e do Comércio do continente americano. O foco seria no crescimento auto-sustentado, nas políticas cambiais, no crescimento da poupança doméstica e acesso ao mercado internacional de capitais.

A padronização e barreiras técnicas foi definido a elaboração de um estudo para mostrar a evolução do sistema de padronização e seu impacto no comércio.

O subsídio agrícola, medidas anti-dumping e medidas compensatórias foi definido que o ponto de partida seriam os compromissos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No tema competição, foi destacado que além da abertura dos mercados, a melhor maneira de facilitar o fluxo de bens e serviços no hemisfério seria harmonizar todas as leis existentes que afetam o nível de competição.

No tema compras governamentais, a primeira decisão foi no sentido dos governos e do setor privado trabalharem em conjunto no sentido de remover restrições que tendem a favorecer empresas locais em detrimento de empresas de fora do país.

Já no tema propriedade intelectual foi definido que os países do hemisfério devem implementar totalmente e o mais rápido possível, o acordo da OMC sobre a matéria.

E no tema serviços, o princípio básico definido para as negociações da ALCA foi que todos os setores de serviços seriam cobertos pelo acordo em termos de direitos e obrigações, a menos que os demais participantes recebam e aceitem notificações de isenções. O acordo deve também incluir decisões sobre a cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF) para os países que ofertam serviços, regras nacionais, transparência, desregulamentação progressiva, regras e disciplinas claras e procedimentos para solucionar disputas.

4.2 DIMENSIONAMENTO DA ALCA

Os países integrantes da ALCA possuem, em conjunto, um PIB que ultrapassa os US\$ 9 trilhões, representando mais de 31% do PIB mundial. Neste item, é o maior bloco econômico do planeta, uma vez que a União Européia detém cerca de 30% do PIB mundial. Pelos dados da tabela 4.2.1 é evidente o peso que o NAFTA terá na ALCA, concentrando mais de 88% do PIB do bloco, mais de 50% da população e 89% do comércio total. Os Estados Unidos isoladamente, representam cerca de 79% do PIB da ALCA, com um montante de mais de US\$ 7 trilhões, 69% das exportações e 71% das importações totais do bloco.

Tabela 4.2.1: Principais indicadores da ALCA – 1994

País	PIB (US\$ Bilhões)	População (milhões hab.)	Exportação (US\$ bilhões)	Importação (US\$ bilhões)
NAFTA	7.932,0	377,0	995,7	1.115,3
Estados Unidos	7.142,0	260,0	774,7	888,3
Canadá	521,0	29,0	160,0	148,0
México	269,0	88,0	61,0	79,0
MERCOSUL	874,6	215,0	85,1	87,9
Brasil	563,0	152,0	46,5	49,6
Argentina	206,0	34,0	19,5	18,5
Uruguai	12,0	3,1	1,8	2,4
Paraguai	6,9	4,7	0,7	1,7
Bolívia	26,7	7,2	0,6	1,1
Chile	60,0	14,0	16,0	14,6
COMUNIDADE ANDINA	174,0	91,0	29,3	28,8
Venezuela	62,0	21,0	14,2	11,0
Colômbia	53,0	36,0	8,7	11,0
Peru	44,0	23,0	3,5	4,0
Equador	15,0	11,0	2,9	2,8
MERCADO COMUM				
CENTRO AMERICANO	28,5	29,4	5,3	9,4
Guatemala	9,2	10,9	1,3	2,6
Costa Rica	6,9	3,3	2,1	2,9
El Salvador	6,7	5,6	0,7	1,9
Honduras	3,2	5,4	0,9	1,3
Nicarágua	2,5	4,2	0,3	0,7
CARICOM	15,4	5,6	4,0	6,9
Trinidad Tobago	4,6	1,2	1,4	1,1
Jamaica	3,9	2,5	1,2	2,2
Bahamas	3,1	0,3	0,3	1,1
Barbados	1,6	0,2	0,2	0,7
Santa Lúcia	0,5	0,1	0,1	0,3
Guiana	0,4	0,7	0,3	0,3
Belize	0,4	0,2	0,1	0,3
Antígua	0,4	0,1	0,1	0,4
São Vicente	0,2	0,1	0,1	0,1
Granada	0,1	0,1	0,1	0,2
Dominica	0,1	0,1	0,1	0,1
São Cristóvão	0,1	0,1	0,1	0,1
OUTROS	19,5	18,1	1,3	4,7
República Dominicana	8,0	8,0	0,6	2,2
Panamá	6,0	2,7	0,5	2,2
Haiti	3,0	7,0	0,1	0,2
Suriname	2,5	0,4	0,1	0,1
ALCA TOTAL	9.043,4	736,0	1.120,7	1.253,0

Fonte: FMI

Elaboração: Carlos Nayro Coelho

4.3 CUSTOS DE PRODUÇÃO BRASIL X ARGENTINA

A Argentina historicamente é um dos principais produtores de trigo, a partir do qual se desenvolveu a economia daquele país. Ao longo da década de 80 até 1990, o volume produzido apenas foi superado em 1985 pela produção de milho, e em 1987 pela produção de soja. A triticultura Argentina estende-se por uma vasta área, sobretudo, na Região Pampeana caracterizada, em geral, por solos férteis e de melhor aptidão para o cultivo de grãos e forrageiras, em todo o mundo.

Os custos de produção conforme será analisado nas tabelas 4.3.1 e 4.3.2 mostra que a Argentina consegue produzir trigo com um custo de US\$ 130,00 por ha a menos que o Paraná, isso com os dados de 1992. Devido também as melhores condições edafoclimáticas, isto é, muito férteis e planas e condições climáticas que evitam o desenvolvimento de doenças e pragas (o que reduz bastante o uso de defensivos), o custo de produção do trigo argentino é bem menor do que no Brasil.

A Argentina ao contrário dos EUA, Canadá não subsidia o preço do trigo exportado, mas, forma seu preço com base no preço internacional subsidiado, incluindo-o direta ou indiretamente, no MERCOSUL o que beneficia os seus custos ao trigo nacional.

O custo de produção do trigo argentino situa-se ao redor de US\$ 90,00/ tonelada. O custo do trigo brasileiro é de aproximadamente US\$ 245,00/tonelada. A causa principal da diferença de custos de produção argentino versus brasileiro reside nos custos variáveis.

Os custos variáveis por tonelada de trigo no Brasil são duas a três vezes maiores que os respectivos custos na Argentina. A diferença entre os custos variáveis no Brasil e Argentina está nos insumos. Na Argentina, por condições edafoclimáticas muito favoráveis, o uso de adubos e pesticidas no trigo é muito baixo. Outro fator que parece contribuir para menor custo argentino é o fator de ser comum naquele país, o sistema de contratar máquinas. Isto diminui os custos com reparos e depreciação de máquinas, que no Brasil são bastante elevados.

A margem bruta do trigo é positiva na Argentina, já no Brasil só é positiva para o nível tecnológico alto, portanto sem subsídios do governo concluímos que os custos de produção de trigo no Brasil são muito altos comparados aos níveis da Argentina.

Tabela:4.3.1 Custo de produção e comercialização primária de trigo por hectare no**Paraná; Produtividade de 1980 kg/ha dezembro/92**

Itens	US\$ 1,00/há	%
1. CUSTOS DE PRODUÇÃO	386,83	100,00
1.1 Gastos de Produção	281,56	72,79
1.1.1. Custos Diretos	184,46	47,68
Mão-de-Obra	20,97	5,42
Sementes	45,88	11,86
Herbicidas, Fungicidas e inseticidas	63,92	16,52
Fertilizantes	53,69	13,88
1.1.2. Gastos de Estrutura - Custos Fixos Pagáveis	77,79	20,11
Assistência Técnica	4,65	1,20
Conservação e Reparos	42,51	10,98
Combustíveis	10,33	2,67
ITR	0,92	0,24
Seguros sobre Máquinas	19,65	
Implementos e Benfeitorias	3,24	0,84
Proagro	13,94	3,60
Despesas Gerais	2,20	0,57
1.1.3. Juros sobre Capital Circulante	19,32	5,00
1.2. Custos fixos não Pagáveis	105,27	27,21
Renda da Terra	13,84	3,58
Juros sobre Capital Fixo	30,07	7,77
Depreciação	61,36	15,86
2. CUSTO DE COMERCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA	16,38	4,23
2.1. Transporte Externo	6,40	1,65
2.2. Recepção, Secagem e Lavagem	9,98	2,58
CUSTO TOTAL	403,21	

Fonte: Ocepar

Tabela:4.3.2 Custo de produção e comercialização primária de trigo por hectare na Argentina; Produtividade de 2000 kg/há; safra 1992/93

Itens	US\$ 1,00/há	%
1. CUSTOS DE PRODUÇÃO	221,81	100,00
1.1 Gastos de Produção	172,57	77,80
1.1.1. Custos Diretos	94,11	42,43
Mão-de-Obra	47,01	21,19
Sementes	25,00	11,28
Herbicidas, Fungicidas e inseticidas	22,10	9,96
1.1.2. Gastos de Estrutura - Custos Fixos Pagáveis	75,66	34,11
Conservação e Reparos	21,03	9,48
Combustíveis	19,47	8,78
Contribuições, Impostos e Patentes	19,65	8,86
Seguros	15,51	6,99
1.1.3. Juros sobre Capital Circulante	2,80	1,26
1.2. Custos fixos não Pagáveis	79,23	35,72
Renda da Terra	48,00	21,64
Juros sobre Capital Fixo	11,60	5,23
Amortização	19,63	8,85
1.3 Ajustes (deduções por outras entradas)	(30,00)	(13,52)
2. CUSTO DE COMERCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA	54,17	100,00
2.1. Frete de Curta Distância	6,00	11,09
2.2. Frete de Longa Distância	24,00	44,30
2.3. Movimento de Carga, Descarga, Estadia e Perda	6,00	11,09
2.4. Impostos e Gastos	18,16	33,52
CUSTO TOTAL	275,97	

Fonte: SAGyP – Servicio Nacional de Economía y Sociología Rural

4.4 O TRIGO E A ALCA

O trigo é um dos principais produtos agrícolas do mundo, esta lavoura é, geralmente, altamente mecanizada, com grandes extensões de terras cultivadas, proporcionando uma escala que a torne economicamente viável.

No Brasil atualmente temos um consumo de 10 milhões de toneladas por ano, sendo 70% de todo esse volume importado, devido a pequena produção nacional. De acordo com muitos especialistas existe um grande potencial para o aumento da área cultivada, visando viabilizar a produção brasileira e diminuindo, assim, a dependência externa nesse setor. O maior obstáculo ao aumento da produção de trigo no país é a própria característica inerente à essa cultura, a necessidade de climas mais amenos. Devido à essa necessidade do trigo, os estados mais propensos ao seu cultivo são os da região Sul, nos quais, realmente, concentra-se quase a totalidade da produção nacional. Somente o Estado do Paraná é responsável por mais da metade da produção brasileira.

A Argentina ao contrário dos Estados Unidos e Canadá, não subsidia o preço do trigo exportado, porém seu preço é formado no preço internacional subsidiado, o que beneficia os seus custos de produção.

Já os Estados Unidos só no ano de 2001 concedeu a cultura do trigo US\$ 1,983 bilhão, o que representa mais do que o dobro do valor das importações brasileiras desse

produto. Em maio de 2002 o Presidente dos Estados Unidos sancionou a nova lei agrícola para o país, conhecida como Farm Bill, trará grandes mudanças no comércio internacional de produtos agrícolas e afetará diretamente a vida dos produtores brasileiros, afetará também sem dúvidas as importações de trigo da Argentina.

Esta medida tomada pelo governo norte-americano significa uma injeção de quase 200 bilhões de dólares, nos próximos 10 anos, para a produção agrícola, o que representa um novo e extenso ciclo de prosperidade garantida para os agricultores daquele país.

Com este imenso esforço financeiro do Governo Americano, a produção aumentará de maneira significativa e com produtos a preços bem mais baixos do que a realidade do mercado internacional. Duas serão as principais conseqüências para o mercado agrícola: em primeiro lugar, com uma produção maior, as importações de commodities serão drasticamente reduzidas, além do fato de que a produção interna americana terá um preço muito mais baixo e não sofrerá grandes ameaças de produtos importados, do Brasil, por exemplo. Além disso, a parcela da produção que for exportada pelos Estados Unidos terá um preço muito baixo, forçando as cotações ainda mais para baixo e penalizando os produtores de países cujos governos não adotam a prática de subsídios, principalmente os países do terceiro mundo.

As cotas de subsídios destinados à agricultura americana estão mais focadas nas produções de milho e trigo. De início, a soja estava nos planos para receber boa parte dos recursos, mas, como a produção já é bastante elevada e a área plantada não deverá ser expandida, os recursos foram direcionados para as outras culturas mencionadas. Por um

lado, isso é um grande alívio para os produtores de soja no Brasil, que ainda possui uma grande capacidade de expansão dessa cultura em várias regiões.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), entidade que regulamenta e fiscaliza o comércio internacional, está recebendo queixas de diversos países contra a Farm Bill americana. Pelo entendimento de muitos governos, incluindo o do Brasil, a nova política agrícola do Presidente Bush fere profundamente as normas da OMC, o conceito de globalização e o livre comércio, princípios constantemente pregados pelo próprio governo americano⁷.

O Brasil está negociando insistentemente a abertura agrícola na ALCA, pressionando principalmente a eliminação de barreiras tarifárias para os seus produtos e a eliminação de subsídios como o que é desembolsado pelo governo americano aos seus agricultores de trigo e outras culturas, sem essas quebras de barreiras e subsídios dificilmente a ALCA dará certo pois os países desenvolvidos não ajudarão em nada os países em desenvolvimento, principalmente os países da América onde a grande maioria tem dificuldades econômicas e financeiras. Se não for feita uma reestruturação como foi feita na União Européia onde os países membros estão no mesmo nível de qualidade de vida e de riqueza, a ALCA será mais uma maneira de enriquecer países que já são ricos.

O governo americano não está querendo nem discutir a eliminação de barreiras tarifárias e a de subsídios para os seus produtos agrícolas, a Farm Bill está sendo uma

⁷ Estas afirmativas foram feitas pela redação da Ruralnews em maio de 2002.

barreira nas negociações da Alca, há reuniões constantes sobre estas questões porém não se chegou a um entendimento entre os membros da ALCA.

A questão do trigo para o Brasil deve ser muito bem discutida, pois o país não tem condições de concorrer com Argentina, EUA e Canadá esses países possuem condições climáticas e financeiras superiores. Para que o Brasil pudesse concorrer neste setor teria que investir em pesquisa, ter um crédito de custeio para esta cultura, seguro rural devido as condições climáticas não muito boas para o cultivo de trigo, o financiamento para a indústria e garantir um preço mínimo para os produtores, porém tudo isso é muito difícil de acontecer pois o governo estaria indiretamente subsidiando esta cultura.

CONCLUSÃO

Durante muitos anos a política do trigo para o Brasil foi a de regulamentação tanto da comercialização como da produção, o governo brasileiro subsidiava todas as fases do trigo, em 1987 com problemas nos cofres o governo começa a mudar sua política de regulamentação.

Em 1990 o governo brasileiro privatiza todo o setor tritícola, no ano seguinte é assinado o Tratado de Assunção, onde foi criado o MERCOSUL.

A partir desse momento os produtores de trigo no Brasil não conseguiram competir mais com o mercado exterior, principalmente com o trigo argentino, onde as vantagens comparativas de produção neste país é muito superior ao do Brasil. O custo de produção de trigo na Argentina é bem menor do que no Brasil, devido a vários fatores mas principalmente aos fatores edafoclimáticos, que favorece a alta produtividade com menores custos.

O Brasil poderia competir no mercado internacional de trigo somente se produzisse em grande escala, diminuindo os seus custos de produção, porém devido as condições de clima e do solo o Brasil, não consegue baixar os seus custos de produção, o que torna quase que inviável para os produtores a plantação deste produto, pois não conseguem competir com o trigo argentino.

O Brasil já é o maior importador de trigo do mundo passando países tradicionalmente importadores como Egito, Irã e Japão, tem sido importado em média de 6,0 à 7,5 milhões de toneladas ano, o que faz com que o Brasil tenha que gastar só com a importação de trigo por ano cerca de US\$ 1,0 bilhão.

Podemos concluir que para o Brasil, com a entrada na ALCA, onde Argentina, EUA e Canadá são tradicionalmente produtores de trigo e onde EUA e Canadá subsidiam suas culturas, será melhor competir neste mercado com outros produtos onde ele tem vantagens, por exemplo: Soja, laranja e etc. Na cultura tritícola o Brasil no momento não tem condições de competir, ficando a mercê do mercado internacional.

BIBLIOGRAFIA

- 1) CAIXETA, Macei. **Problemas na Comercialização Impedem Expansão das lavouras de trigo**, em cna.(org). Brasília. Novembro 2003.
- 2) CAMEX. **ALCA: Ganhos Potenciais do Brasil na Agricultura**. Não publicado agosto 2001.
- 3) COELHO, Carlos Nayro. **Negociações Agrícolas: Existe uma Saída?** Revista de Política Agrícola SPA/MA. Out/nov/dez 2000.
- 4) FIGUEIRAS, Marcos Simão. **MERCOSUL No Contexto Latino-Americano**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1994.
- 5) FNP CONSULTORIA E COMÉRCIO. **Agrianual 2003**.
- 6) KRUGMAN, P.R; OBSTEGELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo. Makron Books. 1999.
- 7) LOPES, M.R. **O que o Brasil pode esperar das negociações agrícolas na ALCA**. Agroanalysis. São Paulo. 1997.
- 8) OCEPAR. **Arquivo do trigo**. ABITRIGO 2000.
- 9) PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva da Nações**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1993.
- 10)Redação Ruralnews. **Como a Nova Política de Subsídios dos EUA vai Atingir o Produtor Rural Brasileiro**, em ruralnews.(com). Maio 2002.
- 11)ROSAR, S.S. **A ALCA em 12 Perguntas e Respostas**. Agroanalysis. Abril de 1997.
- 12)ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987.
- 13)SAGyP – **SECRETARIA AGRICULTURA, GANADERIA PESCA Y ALIMENTOS**, em sagyp.(ar).

- 14) SILVA, Vera Martins. **A Regulação do Mercado Brasileiro de Trigo**. São Paulo. Editora Edusp. 1992.
- 15) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de Trabalhos. Curitiba. Editora UFPR. 2000.